

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO SERTÃO PARAIBANO

Reginaldo Tácio França Vieira Ferreira

Bacharel em contabilidade pela UFCG- Campus de Souza - PB Bairro: Centro, CEP: 58 840-000. Cidade/UF: POMBAL/PB – E-mail: reginaldo.tacio@bol.com.br

João Marcelo Alves Macedo

Prof Graduação Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2006), Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão E Auditoria Pública pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP (2009) e M. Sc. em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2010). Atualmente é Professor Assistente I - T40 - DE da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV - Litoral Norte. E-mail:marcelo.nt@terra.com.br

RESUMO - O trabalho em tela teve como objetivo evidenciar a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição pública de ensino superior e uma outra particular, a cerca dos métodos de escrituração contábil e as novas tecnologias, visto que este é tido como de fundamental importância para o desempenho satisfatório do profissional da área contábil neste novo século. Este assunto permeia as mudanças acontecidas na contabilidade nos últimos anos, uma vez que ela vem passando por um aprimoramento constante durante vários séculos, com mudanças significativas, tanto nas normas de padronização que norteiam a escrituração contábil e seus procedimentos, com a informatização e o evento da internet, onde as antigas rotinas operacionais têm cedido espaço para a modernização dentro das organizações. O estudo realizado não contemplou os alunos que estavam cursando o primeiro período pelo fato de não estarem aptos, em função da falta de conhecimento básico necessário para responder o questionário aplicado nesta pesquisa. A metodologia utilizada quanto aos objetivos almejados foi descritiva, uma vez que foram utilizadas técnicas de coletas de dados de uma determinada amostra proveniente da população escolhida por conveniência. Já no aspecto da classificação quanto aos procedimentos utilizados, o levantamento ou survey foi a técnica escolhida por se tratar de adequar melhor aos procedimentos de recrutamento de informações e por final, a análise do problema será efetivado de forma quantitativa e qualitativa, porquanto os dados sofrerão amoldamento de métodos estatísticos. Conclui-se a pouca propagação de conhecimento no meio acadêmico acerca das novidades tecnológicas como ferramenta de trabalho. Onde apenas um número ínfimo, do universo pesquisado, declarou conhecer o que seria o Sistema Público de Escrituração Digital. Ainda de forma análoga, constatou-se que a NFe é um documento mais conhecido, entretanto por se tratar de um documento público, falta ampliar sua divulgação com o intuito de evita fraudes e majorar a arrecadação tributária.

Palavra-chave: Escrituração Contábil. Sistema Público de Escrituração Contábil. Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital.

METHODS OF ACCOUNTING BOOKKEEPING DIGITAL AND NEW TECHNOLOGIES: AN ANALYSIS OF PERCEPTIONS OF STUDENTS OF SCIENCES ACCOUNTING PARAIBANO

ABSTRACT - The study aimed to screen highlight the perception of students of Accountancy of a public institution of higher education and one other particular, about the methods of bookkeeping and new technologies, since this is considered to fundamental importance to the satisfactory performance of professional accounting department in this new century. This issue permeates the changes taking place in accounting in recent years, since she has been undergoing a constant improvement over several centuries, with significant changes in both the testing standards that guide the accounting records and procedures, with the computerization and the event of Internet, where the old work routines have given way to modernization within organizations. The study did not include students who were enrolled in the first period because they were not able, due to the lack of basic knowledge necessary to answer the questionnaire applied in this research. The methodology and the objectives sought was descriptive, since techniques were used for data collection from a given sample from the population chosen for convenience. In the aspect of classification according to the procedures used, the survey or survey technique was chosen because it fit best with the procedures of recruitment information, and ultimately, the analysis of the problem will be effected in a quantitative and qualitative, because the data will shaping of statistical methods. It is a little spread of knowledge in academia about the new

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

technologies as a tool. Where only a tiny number of the universe surveyed said they would meet the Public System of Digital. Still similarly, it was found that the NFE is a document better known, however, since it is a public document, lack expand its dissemination in order to avoid fraud and of increasing tax collection.

Keyword: Bookkeeping. Accounting Bookkeeping System. Electronic Invoicing, Bookkeeping Digital.

INTRODUÇÃO

A contabilidade adquire cada vez mais relevância diante do panorama econômico e social que a comunidade internacional vive nos dias atuais. Estas por sua vez são resultados da Globalização, onde o Estado e as organizações têm passado por um permanente processo de adequações as novas mudanças em todos os sentidos. Deparamo-nos de forma perplexa com revoluções tecnológicas que derrubaram as barreiras físicas, aproximando pessoas, tornando-nos cidadãos do mundo, em virtude da necessidade de respostas cada vez mais imediatas no mundo dos negócios, com as transações “*on line*”. A contabilidade passa a ser uma ferramenta importantíssima, como provedora de informações nessa nova ordem mundial, com isso, ela necessita produzir resultados confiáveis e que proporcionem aos usuários de um modo geral, uma tomada de decisão, que seja influenciada apenas pelo risco calculado e não pela incerteza.

Com o objetivo de atender essa nova demanda surgem programas de computador para efetuar escrituração comercial e fiscal, e facilitar o acesso aos dados, correção de erros, controle da empresa e a geração de Demonstrações Contábeis para tomadas de decisão, a impressão da maioria destes documentos, como Livro Diário e Livro de Apuração do Lucro Real, são feitas para atender a exigência do fisco e da legislação comercial vigente. As evoluções tecnológicas como a internet e o computador criaram muitos desafios no meio contábil como o de acompanhar a evolução da tecnologia da informação para agilizar os processos de escrituração dentro das empresas, quebrando, como já disse antes, as barreiras físicas e velhos paradigmas.

Objetiva-se, neste trabalho, uma melhor reflexão sobre aspectos relevantes dos métodos de escrituração contábil digital e as novas tecnologias: Uma análise das percepções dos estudantes de ciências contábeis do sertão paraibano na conjuntura econômica atual, sua inserção para elaboração do Balanço Patrimonial adequando-se as normas contábeis em vigor, de acordo com os órgãos regulamentadores nacionais e internacionais na padronização e harmonização dos mesmos. Como avaliar as formas precárias que tínhamos em diversas fases da evolução humana, a relevância destes relatórios e suas demonstrações daquela época apresentada pelos profissionais da área contábil como fator decisório no

registro da evolução patrimonial, nas decisões para comercializações internas, externas e governamentais e sua atuação diante da nova realidade da economia e da internacionalização dos mercados.

Portanto o SPED, se destaca como instrumento capaz de proporcionar relatórios que auxiliam em todos os processos decisórios fazendo frente à otimização dos resultados. A escrituração contábil tem como objetivo geral promover aos usuários informações de natureza econômica, financeira e patrimonial da organização e suas mutações, compreendendo assim registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, apresentados sob forma de relatórios, pareceres, tabelas, planilhas e outros que forneçam informações lógicas e racionais.

A grande contribuição para isso se deu com a criação do alfabeto fenício que segundo Schmidt. (1996. p.76): “a principal contribuição dos fenícios para o progresso de comunicação contábil está no fato de que a sua escrita representou um considerável avanço”. Assim sendo, posteriormente a criação das partidas dobradas, aos sistemas manuscritos, a invenção da imprensa por Gutemberg, a datilografia, a mecanografia, a invenção dos microcomputadores, a expansão da Internet e hoje o Sistema Público de escrituração Digital - SPED, levando informações on-line para qualquer parte do mundo em tempo real.

Se os meios de escrituração mudaram para acompanhar, a globalização que estava ocorrendo com o início das grandes navegações, e posteriormente com a revolução industrial, hoje com os meios de comunicação que dispomos e transportes robustos e eficientes, nada mais que justificado, que os profissionais de contabilidade possam desempenhar seu papel de emitir relatórios com suas demonstrações atualizadas, afim de que os investidores, executivos, e as diversas esferas governamentais, possam tomar decisões, se planejarem com perspectivas futuras de previsão de investimentos e de orçamentos. Segundo Sá (1999, p.17):

“Antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição que foi a artística, da qual se valeu para também evidenciar seus feitos e o que havia conquistado para seu uso”.

Assim sendo, os Métodos de Escrituração Contábil Digital e as Novas Tecnologias é um desses instrumentos que irá alicerçar toda a nossa problemática,

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

contextualizando as dificuldades de entendimento que os usuários das informações contábeis terão para diagnosticar aquilo que se apresenta nos relatórios. Tudo aquilo que é novo, causa impacto imediato, no meio empresarial, e junto aqueles que já desempenham atividades que “vem dando certo... porque mudar?” essa premissa retrata muito bem aquele indivíduo que não quer sair de sua zona de conforto para correr riscos.

Enquanto que ao depara-se com estas implantações na vida real, recebendo pressões por todos os lados, desde os colegas de trabalho, aos gestores públicos e privados, eu pergunto: Em função das mudanças no que tange a escrituração contábil e fiscal, utilizando as novas tecnologias: **Existirão dificuldades a serem percebidas pelos estudantes de ciências contábeis do sertão paraibano, no processo de implantação do sistema público de escrituração digital e seus projetos adjacentes, na qualidade de produtores e usuários das informações contábeis digitais?**

Para resolução do problema apresentado, traçou-se o seguinte objetivo: Evidenciar a percepção dos estudantes de ciências contábeis do sertão paraibano a cerca do processo e implantação do SPED e seus projetos adjacentes, na qualidade de produtores e usuários das informações contábeis digitais.

Desta forma, procura-se atender as exigências de escriturações de livros, registros, fichários, formulários contínuos que cedem espaço a disquetes, amplos arquivos engavetados são armazenados em arquivos de microcomputadores, transformando-se em planilhas de informações com acesso livre a diversos usuários contábeis e fiscais, o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), aliando o aspecto social, econômico e ambiental, onde o gestor tem elementos em mãos para traçar políticas sociais e ao mesmo tempo ambientais, redutora de custos direcionados as diversas áreas. As práticas de escrituração contábil existem na sociedade desde os tempos mais remotos e seus processos de registros foram evoluindo para acompanhar o próprio desenvolvimento social da humanidade. Segundo Flores e Miranda (2009, p.3):

“Entre os benefícios resultantes da adoção do SPED estão os aspectos como simplificação, padronização e segurança dos processos, com destaque para a qualidade da documentação digital. Dentre as vantagens, de um lado o governo, que aumenta a eficiência da fiscalização e do uso de recursos, e de outro, as empresas, que têm um ganho em termos de organização, otimização de processos internos e agilidade de comunicação, outro aspecto positivo está ligado à transparência do processo, o que torna a concorrência mais leal, beneficiando as empresas que cumprem com as responsabilidades fiscais e tributárias”

De forma análoga dando continuidade a amplitude dos negócios em nossos dias surgiu o SPED que utiliza-se da mais alta tecnologia para atender aos mais diversos usuários das informações contábeis em tempo real, em função da padronização, simplificação e segurança do sistema, to que tange a qualidade da documentação (FLORES E MIRANDA, 2009).

Proceder Metodológico

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, foi escolhido para ser objeto de estudo pela ocorrência de facilidade de acesso na coleta de dados, bem por ser um curso que recebeu recentemente o reconhecimento do MEC (Ministério da Educação e Cultura), e que várias turmas já foram formadas e representa importante pólo de formação, abrangendo uma região antes esquecida e tem sua atuação em três estados, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Quanto aos objetivos se enquadra como sendo explicativo documental, pois se utiliza de experiências profissionais, pesquisa em livros a cerca do tema relacionado às novas tecnologias de escrituração contábil, bem como em artigos científicos e demais comunicações de cunho científico e técnico. A consulta com uma determinada amostragem dos alunos pesquisados fica evidenciada a carência de maiores informações sobre um Estudo específico do SPED e os transtornos causados pela ausência do mesmo. Portanto a abordagem do problema é feita mediante análise qualitativa, uma vez que encontra-se diretamente ligada a experiências vivenciadas junto a comunidade empresarial, como prestador de serviços contábeis, desde a escrituração manual, até nossos dias.

Foi elaborado um questionário e aplicado junto a comunidade acadêmica, onde inicialmente classificou-se os respondentes por faixa etária, gênero, período que está cursando, tipo de universidade, e tempo trabalho ou estágio. Ainda pesquisamos nossos entrevistados se tinham conhecimento do termo SPED, se conheciam NFe, se a ECD é uma evolução apenas contábil, se estes mecanismos da modernização tributária evitará fraudes contábeis, se conhece o termo FCONT, se o FCONT é uma forma de cruzamento de informações por parte da Receita Federal do Brasil.

Verificou-se ainda a possibilidade, segundo a percepção dos entrevistados, no que tange ao fato do contador terá mais tempo para analisar as demonstrações contábeis além de efetuar apenas escrituração, se reconhece uma redução de custos nos transportes em função das cargas paradas em postos fiscais e por fim perguntamos o SPED poderia substituir algumas obrigações acessórias como DIPJ, DACON, GIM e

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

GIVA, ou seja, nove perguntas foram específicas sobre Escrituração Digital e as demais tiveram cunho estatístico.

A pesquisa foi realizada entre os alunos de Curso de Ciências Contábeis de um IES pública e outra privada Confessional, ambas localizadas o sertão paraibano. Foram consultados 50 alunos da IES pública e conseqüentemente 50 alunos da IES Confessional em forma de questionário com igual teor. Esta amostra é não probabilística e deu-se por conveniência de acessibilidade.

A elaboração do questionário deu-se a partir da experiência do pesquisador e referendado através da base teórica constituída a partir da revisão bibliográfica. Os dados da pesquisa foram tabulados através do programa estatístico SPSS 15.0 For Windows. Nele foram construídas as variáveis através do questionário de pesquisa. Posteriormente os dados foram tratados com o uso da estatística descritiva e da distribuição de frequência. Gerando assim o output do programa estatístico e este consiste em tabelas apresentadas na análise dos dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade e seus contextos: da Provedora de Informação e até a Escrituração

As informações contábeis e o avanço tecnológico. Segundo Schmidt (1996, p.36-37), o desenvolvimento do sistema de partidas dobradas deve-se a:

“(1) – desenvolvimento econômico na área abrangida entre as cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um e um nível comercial bem mais sofisticado que o conhecido até então, dando origem a uma demanda de sistemas contábeis sofisticados; (2) – a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente no norte da Itália”.

Segundo Sá (1999, p.23) “Tudo indica que foram os desenvolvimentos da sociedade, apoiados nos Estados, dos Poderes religiosos e de suas riquezas, somados a das artes de escrever e contar que influíram, decisivamente, na evolução dos registros contábeis”.

De lá até os dias atuais, com o progresso da evolução tecnológica, os computadores tem se tornado cada vez mais imprescindíveis no mundo dos negócios, conseqüentemente o campo contábil. Sobre isso descreve Cornachione Jr. (2001.p.105); “hoje não é mais possível o eficaz desempenho profissional em amplo leque de atividades econômicas, científicas e educacionais, e

mesmos esportivas, sem o apoio da informática, a contabilidade não foge a regra”.

O FASB cita investidores e credores como os principais usuários da informação relativa a operações com derivativos. Entretanto a posição adotada nos Estados Unidos não é a mesma em todos os países. A França, por exemplo, coloca os interesses de funcionários e do estado no mesmo patamar dos interesses dos acionistas (o balanço social pode ser citado como prova dessa postura). A Grã- Bretanha, por outro lado, adota a postura de divulgar informações para um público mais amplo, ou seja, prefere demonstrações para finalidades genéricas.

De acordo com Cordeiro Filho (2000, p. 131), “têm sido levantadas reclamações de acionistas e de analistas sobre transparência das demonstrações financeiras das instituições acerca de suas atividades com derivativos”. Essa afirmação confirma o interesse desses usuários nas informações que envolvem derivativos. Preocupados com a solidez das instituições financeiras e buscando amenizar o chamado “risco sistêmico”, existem outros importantes usuários que interferem diretamente no processo de evidenciação de operações com derivativos. São instituições como o *Bank for International Settlements* (BIS) e os próprios bancos centrais dos vários países, que estabelecem regras a serem seguidas pelas instituições financeiras para a comunicação, de forma mais transparente, das operações com derivativos.

Lima e Lopes (1999) citam pronunciamento do Comitê de Basileia, juntamente com o *International Organization of Securities Commission* (IOSCO), intitulado “*Public Disclosure of the Trading and Derivatives Activities of Banks and Securities Firms*”, apresentando resultados de pesquisas sobre práticas de evidenciação de instituições financeiras sediadas no grupo dos dez maiores países do mundo (G-10), além de recomendações sobre o assunto. Dentre essas recomendações, Lima; Lopes, (1999, p. 121) destacam a seguinte:

“Evidenciações devem prover um quadro do escopo e da natureza das atividades com derivativos de uma instituição, bem como informação acerca dos principais riscos associados com essas atividades, incluindo risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. Instituições devem também evidenciar informação sobre a verdadeira performance da instituição no gerenciamento desses riscos, particularmente no que diz respeito à exposição ao risco de mercado. Complementarmente, evidenciações devem prover informações significativas e sumarizadas de como as atividades com derivativos contribuem para o perfil de ganhos da instituição”.

A evidenciação pode ser feita tanto em termos quantitativos como qualitativos. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 516), “a relevância de certos tipos de informação não quantitativa pode ser determinada pela relevância dos dados quantitativos aos quais está

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

relacionada”. Os autores afirmam que a informação não quantitativa somente pode ser considerada relevante (e, portanto, merecedora de divulgação) se for útil para o processo de tomada de decisão.

Em continuidade, as empresas devem quantificar a exposição ao risco de suas carteiras utilizando modelos específicos como o *Value-at-Risk*. A Circular 3.082, de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil, determinou que as instituições financeiras divulgassem, em notas explicativas às demonstrações financeiras, informações qualitativas e quantitativas relacionadas a operações com instrumentos derivativos, abrangendo, no mínimo, os seguintes aspectos: a política de utilização de instrumentos derivativos; os objetivos e as estratégias de gerenciamento de riscos, inclusive a política de *hedge*; os riscos relacionados às estratégias de atuação no mercado, controles internos, parâmetros de gerenciamento de riscos e resultados alcançados quanto aos objetivos propostos; os critérios utilizados na apuração do valor de mercado; os valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação, separados por categoria, risco e estratégia de atuação no mercado e classificação nas categorias de *hedge* ou negociação; os valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação e faixas de vencimento, (ARAÚJO, 2010).

Declarações Eletrônicas: Relatórios Contábeis e Declarações Governamentais

A empresa que dispõe de um sistema contábil deve gerar um arquivo digital que irá ter formato específico constante no anexo único da Instrução Normativa RFB nº 787/07 (menu Legislação). Assim sendo podemos constatar mediante a regulamentação legal do que trata a matéria, que o referido arquivo também denominado de Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital – ECD, ou Escrituração Contábil em forma eletrônica.

Verificando o site da Receita Federal do Brasil podemos encontrar a forma usual, de como podemos submeter o arquivo ao Programa Validador e Assinador – PVA fornecido pelo SPED. (Conforme instrução Sítio da Receita Federal do Brasil.2007)

Para verificar o andamento dos trabalhos, utilize a funcionalidade “Consulta Situação” do PVA. Os termos lavrados pela Junta Comercial, inclusive o de Autenticação, serão transmitidos automaticamente à empresa durante a consulta.

O PVA tem ainda as funcionalidades de visualização da escrituração e de geração recuperação de backup.

Autenticada a escrituração, adote as medidas necessárias para evitar a deterioração, extravio ou

destruição do livro digital. Ele é composto por dois arquivos principais: o do livro digital e o de autenticação (extensão aut). Faça, também, cópia do arquivo do requerimento (extensão rqr) e do recibo de entrega (extensão rec). Todos os arquivos têm o mesmo nome, variando apenas a extensão. (BRASIL, 2010)

A Lei no 9.755/98 determina que toda entidade gestora de recursos públicos deve divulgar suas movimentações financeiras no portal da internet Contas Públicas, que é mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), enquadrando nessa obrigatoriedade todas as entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal, das administrações públicas diretas, indiretas e fundacionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Nesses casos, a preocupação com a transparência é que predomina, tanto na área privada quanto na área pública (BRASIL, 1998).

No entanto, no ambiente globalizado, as informações precisam ter a mesma dinâmica com que fluem as informações do mercado financeiro, e também precisam ser confiáveis para que possam ser utilizadas pelos destinatários, além de permitirem a comparabilidade entre as informações das diversas entidades. A internet, pelo alcance mundial, tornou-se um elemento causador de profunda mudança na forma como as pessoas e as organizações se comunicam. Segundo Moreira, Riccio e Sakata (2007, P. 771)

Pelas suas características e baixo custo, pode ser utilizada em sua potencialidade máxima por qualquer porte de instituição e pelo público. Da junção de tecnologias já existentes surgiu o XBRL — eXtensible Business Report Language, uma nova linguagem tecnológica para o cenário econômico-financeiro voltado à divulgação de relatórios com informações padronizadas. O XBRL foi concebido a partir da linguagem XML — eXtensive Markup Language, que otimiza a transmissão de informações pela internet. Com o uso crescente no cenário mundial e a sua influência no mundo financeiro, faz-se necessário compreender seu histórico e o seu estado da arte. É importante que o Brasil faça parte desse círculo de desenvolvimento, uma vez que a maioria das instituições está inserida no mercado financeiro.

Para Silva (2003:26), “o XBRL oferece vários benefícios, como independência de tecnologia, interoperabilidade, preparação eficiente de relatórios financeiros e facilidade de extração dos dados”. Várias outras vantagens podem ser obtidas com a utilização da linguagem. Se todos passarem a utilizá-la, ter-se-á uma padronização, que facilitarão intercâmbio de informações entre as entidades e reduzirá a necessidade de conversão freqüente de arquivos que ocorre atualmente. Também haverá maior divulgação das informações, uma vez que a facilidade, propiciada com o uso da internet, possibilitará

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

acesso a um número significativamente maior de usuários interessados nessas informações.

No entanto, algumas considerações precisam ser levantadas na avaliação da linguagem. A primeira dificuldade, como é comum em implementações de novas tecnologias em um país são os custos para criação de grupos que possam desenvolver a(s) taxonomia(s) necessária(s) a cada área de atuação. A solução, ou pelo menos para minimizar esses custos, será a união das entidades regulatórias nacionais, para que se canalizem recursos voltados para cada área, concentrando esforços e evitando duplicação de estudos e conseqüente-mente de custos. A fim de garantir a autenticidade e a confiabilidade das informações transmitidas pela internet em geral, alguns setores específicos do governo brasileiro já começaram a trabalhar em medidas visando dar os primeiros passos no sentido de se implantar a chamada certificação digital das informações. (MOREIRA; RICCIO; SAKATA, 2007)

O SPED e suas implicações

A empresa que utilizar o SPED contábil e fiscal estará dispensada de apresentar a DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica) e outras obrigações acessórias relativas a outros tributos (IPI, PIS/COFINS, etc) no âmbito federal. Segundo o Sítio da Receita Federal do Brasil, que trata do Sistema Público de Escrituração Digital, algumas das obrigações acessórias que os contribuintes são atualmente obrigados pelos fiscos deverão ser incorporadas pelo SPED.

Depois de realizada a escrituração, o arquivo deverá ser assinado (através de Certificação Digital) pelo empresário e pelo contador responsável pela escrituração e entregue na periodicidade atual, segundo informa o Sítio da Receita Federal. O arquivo é então encaminhado para o SPED que disponibilizará para as Juntas Comerciais as informações necessárias à autenticação. A informação da autenticação será fornecida ao titular da escrituração pelo SPED através da Internet. Após, a escrituração é enviada a um banco de dados onde fica disponível para os órgãos parceiros do SPED, o que os permitirá a obter cópias integrais do arquivo. Toda vez que o arquivo for acessado por qualquer destes órgãos o titular da escrituração será comunicado sobre o acesso. (BRASIL, 2007).

A legislação federal exige que o contribuinte escreva o Livro Diário e o Razão. Pessoas Jurídicas não optantes pelo Simples estão obrigadas também à apresentação de arquivos eletrônicos que representem a contabilidade, conforme o Sítio da Receita Federal: São, assim, três formas distintas de representar uma mesma realidade, sujeitas a formalidades distintas: Livro Diário: escrituração em papel; lançamentos em ordem cronológica; termos de abertura e encerramento;

transcrição das demonstrações contábeis. Livro Razão: escrituração em papel; lançamentos em ordem de conta e data. Arquivos eletrônicos: composto por plano de contas, lançamentos e saldos. [...] A solução abrange os fiscos federal, estaduais, futuramente municipais, DNRC, CFC, Banco Central, SUSEP, CVM e contribuintes que irão fornecer informações para a composição da base dados. Pode-se definir a Escrituração Contábil Digital (ECD), também conhecida como SPED Contábil, como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais. São previstas as seguintes formas de escrituração:

(I) Diário Geral; (II) Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar); (III) Diário Auxiliar; - Razão Auxiliar; e (IV) Livro de Balancetes Diários e Balanços.

O SPED Contábil, em princípio, se destina às empresas que são tributadas no lucro real e no regime diferenciado, conforme Instrução Normativa da Receita Federal nº 787 de 19 de novembro de 2007: “Art. 3º - Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007: I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009) II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009. Sítio da Receita Federal do Brasil 2009)”.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD), também conhecido como SPED Fiscal, trata-se de um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como, de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Esse arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED. De acordo com a cláusula sétima do Convênio ICMS 143/06, esta estabelece que a escrituração. Prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

(i) Registro de Entradas; (ii) Registro de Saídas; (iii) Registro de Inventário; (iv) Registro de Apuração do IPI; e (v) Registro de Apuração do ICMS.

Composto por três grandes subprojetos, Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica, o SPED facilitará o acesso às informações entre os diversos órgãos envolvidos no projeto - respeitando as restrições constitucionais e legais,

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

como a preservação do sigilo fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional -, tornando natural o cruzamento entre as declarações e informações entregues pelos contribuintes e sua contabilidade. Objetivando também, em benefício dos contribuintes, proporcionar a simplificação e racionalização de obrigações acessórias, pois proporcionará a entrega obrigações acessórias de diferentes órgãos através de um único documento eletrônico, agilizando os procedimentos tributários e reduzindo os custos com armazenamento e impressão de documentos em papel.

Através do SPED o documento eletrônico da Escrituração será assinado digitalmente pelo contribuinte e pelo contador, para isso será usado o Certificado Digital padrão ICP Brasil. O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que serve de identificação de seu titular, podendo ser Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, que vem a ser uma forma segura de identificação de partes envolvidas em transações via internet, sendo um Documento Eletrônico de identidade com validade jurídica (no âmbito do ICP Brasil) garantida pela Medida Provisória nº. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Segundo o Sítio da Receita Federal:

A Certificação Digital, utilizada nas transações eletrônicas garante: - Privacidade nas Transações: É a garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não serão lidas por terceiros. -Integridade das Mensagens: É a garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não foram alteradas no caminho que percorreram. -Autenticidade: É a garantia da identidade da origem e destino da informação. -Assinatura Digital: Permite aferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento eletrônico. -Não-repúdio:

Os usuários do SPED estão contemplados no art. 3º do Decreto nº. 6.022/07: I – a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; II – as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e III – os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias. Entre as instituições participantes, segundo Sítio da Receita Federal do Brasil 2007, estão:

“Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) e

Secretaria da Receita Federal. Entre as empresas participantes estão: Ambev, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Eurofarma Laboratórios Ltda, Gerdau Aços Longos S.A., Sadia S/A, (Serpro) Serviço Federal de Processamento de Dados, Souza Cruz S.A., (Telefônica) Telecomunicações de São Paulo S.A., (Usiminas) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., (VarigLog)Varig Logística S/A, Volkswagen do Brasil S/A.”

Através da criação do SPED Contábil – para atender às normas comerciais de escrituração – e do SPED Fiscal – para atender às normas de escrituração fiscal – conforme a (REVISTA EXAME, 2007 *apud* WALTER; RIBEIRO, 2009, P. 5):

“O governo não será o único beneficiado, o contribuinte também sairá ganhando, além de não possuir mais o alto custo de impressão, manipulação e armazenamento de livros da escrituração comercial e fiscal, problemas como dúvidas no momento de cumprir as obrigações acessórias devido à falta de padronização de obrigações acessórias entre os Estados/SRF, não serão mais parte da “rotina” na empresa”.

ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente verificamos a faixa etária dos respondentes, onde identificamos que 64% deles são jovens de até 30 (trinta) anos. 33% possuem entre 31(trinta e um) e 35 (trinta e cinco). Os demais estão entre 36 (trinta e seis) anos e 40 (quarenta) anos.de idade, totalizando um universo de 100%. Demonstrando com isso a jovialidade dos respondentes e despertando a necessidade de apresentá-los durante o curso de graduação a realidade do mercado, bem como, aproximá-los de situações cotidianas do ramo empresarial, visando assim suprir algumas carências detectáveis durante sua formação.

Quanto ao gênero, podemos classificar que entre os respondentes, 48% são masculinos enquanto que 52% estão no grupo do gênero feminino, totalizando um universo de 100%. Já no que refere-se ao período que estão cursando, verificamos que em um universo de 100%, há 9% que estão entre o 3º e o 4º período. 36% estão entre o 5º e o 6º período. 48% estão entre o 7º e 8º período e apenas 7% estão acima do 8º período. Quando foram questionados sobre o tipo de universidade, segundo as respostas dos questionários que foram distribuídos entre alunos de uma IES pública e uma IES Confessional, com o critério de 50% para cada Instituição, onde coletamos os dados que se seguem:

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	65	65,0	65,0	65,0
	Não	35	35,0	35,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 1: Trabalha ou faz estágio em Contabilidade?

Fonte: Elaboração própria

Quando o questionamento se referiu ao fato de trabalhar ou fazer estágio em contabilidade, identificamos que 65% dos alunos assumem funções laborativas,

enquanto que os demais 35% são estudantes por profissão, conforme vê-se na tabela 1.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 1 ano	32	32,0	49,2	49,2
	de 1 (um) a 5 (cinco) anos	30	30,0	46,2	95,4
	6 (seis) a 10 (dez) anos	2	2,0	3,1	98,5
	de 11 (onze) a 20 (vinte) anos	1	1,0	1,5	100,0
	Total	65	65,0	100,0	
Missing	System	35	35,0		
	Total	100	100,0		

Tabela 2: Tempo de trabalho/estágio

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 2 Foi detectado que o tempo de trabalho ou estágio apontou nas seguintes direções, aproximadamente 1/3 dos respondentes, ou seja, 32% com menos de 1 (um) ano e com relação ao segundo estrato

optaram por ele, 30% de 1 (um) a 5 (cinco) anos, fazendo cristalizar a idéia de que os respondentes na verdade estão ainda iniciando no mercado de trabalho.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	11	11,0	11,0	11,0
	Discordo	18	18,0	18,0	29,0
	Nem concordo, nem discordo	30	30,0	30,0	59,0
	Concordo	21	21,0	21,0	80,0
	Concordo Fortemente	20	20,0	20,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 3: SPED – Conheço este termo e sei o que significa.

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 3 podemos verificar que 59% dos entrevistados afirmam desconhecer o SPED enquanto que apenas 41% afirmam conhecer fortemente. Este é um dado

preocupante quando se trata de futuros profissionais da atividade contábil, em função da relevância que este assunto possui e a sua aplicabilidade na conjuntura atual.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	4	4,0	4,0	4,0
	Discordo	7	7,0	7,0	11,0
	Nem concordo, nem discordo	16	16,0	16,0	27,0
	Concordo	34	34,0	34,0	61,0
	Concordo Fortemente	39	39,0	39,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 4: NFe ou Nota Fiscal Eletrônica - Conheço este termo e sei o que significa.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Fonte: Elaboração própria

Já de acordo com a tabela 4 verifica-se outro dado importante, onde apenas 27% dos entrevistados informam desconhecer a Nota Fiscal Eletrônica e apenas 73% afirmam conhecer fortemente. Partindo-se do

princípio de que uma NFe é um documento público e possui o objetivo de evitar fraudes junto a arrecadação tributária, é inconcebível que um índice tão baixo de seus usuários tenham conhecimento sobre o assunto.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	17	17,0	17,0	17,0
	Discordo	16	16,0	16,0	33,0
	Nem concordo, nem discordo	34	34,0	34,0	67,0
	Concordo	25	25,0	25,0	92,0
	Concordo Fortemente	8	8,0	8,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 5: A Escrituração Contábil Digital – ECD é uma evolução apenas contábil.

Fonte: Elaboração própria

A ECD não pode ser considerada como uma evolução apenas contábil, em virtude dos maiores benefícios serem no que tange a evolução do Estado na qualidade de órgão arrecadador, tornando-se mais eficiente na fiscalização das empresas onde tem acesso a

todos os livros contábeis de forma on-line. Entretanto 67% dos entrevistados afirmam que este sistema é uma evolução apenas contábil, enquanto que apenas 33% afirmaram que é uma atividade evolutiva tanto contábil quanto tributária, conforme vê-se na Tabela 5.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	1	1,0	1,0	1,0
	Discordo	5	5,0	5,0	6,0
	Nem concordo, nem discordo	32	32,0	32,0	38,0
	Concordo	47	47,0	47,0	85,0
	Concordo Fortemente	15	15,0	15,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 6: A modernização da Administração Tributária representa uma evolução da arrecadação tributária e evitará as fraudes contábeis.

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 6, a modernização da administração tributária representa um grande avanço na arrecadação tributária tentando minimizar as fraudes. As informações de toda movimentação da empresa são transmitidas mensalmente ao fisco, alimenta o sistema de tal forma que

os auditores tributários poderão efetuar previsões de receita e analisar contas duvidosas. Os entrevistados afirmam em 62%, que concordam com afirmação constante nesta tabela. Enquanto que apenas 38% está discordando.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	13	13,0	13,0	13,0
	Discordo	8	8,0	8,0	21,0
	Nem concordo, nem discordo	28	28,0	28,0	49,0
	Concordo	31	31,0	31,0	80,0
	Concordo Fortemente	20	20,0	20,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 7: F-Cont - Conheço este termo e sei o que significa.

Fonte: Elaboração própria

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Neste quadro constatamos que 51% dos entrevistados afirmam conhecer o F-Cont, contra 49% que afirmam desconhecer. É outro dado preocupante quando se trata do meio acadêmico contábil, onde as afirmações estão divididas, pois o F-Cont, também conhecido como SPED Contábil, é a substituição dos livros da escrituração

mercantil pelos seus equivalentes digitais. São previstas as seguintes formas de escrituração, Diário Geral, Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar), Diário Auxiliar; - Razão Auxiliar, Livro de Balancetes Diários e Balanços, de acordo com o que expõem a Tabela 7.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	7	7,0	7,0	7,0
	Discordo	14	14,0	14,0	21,0
	Nem concordo, nem discordo	29	29,0	29,0	50,0
	Concordo	28	28,0	28,0	78,0
	Concordo Fortemente	22	22,0	22,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 8: O F-Cont é uma forma de cruzamento de informações por parte da Receita Federal.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 8 podemos afirmar categoricamente que o F-Cont é uma forma de cruzamento das informações contábeis por parte da Receita Federal do

Brasil e demais órgãos da federação. Neste caso os entrevistados também ficaram divididos onde 50% disseram que sim e os demais disseram que não.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	1	1,0	1,0	1,0
	Discordo	10	10,0	10,0	11,0
	Nem concordo, nem discordo	24	24,0	24,0	35,0
	Concordo	42	42,0	42,0	77,0
	Concordo Fortemente	23	23,0	23,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 9: As mudanças tecnológicas possibilitarão maior tempo ao contador para analisar e não para escriturar

Fonte: Elaboração própria

A Mudanças Tecnológicas evidentemente vem atribuir um novo papel para o contador que é o de analista, aquele monta demonstrações, que faz projeções. Uma vez que os sistemas são integrados a escrituração torna-se

mais ágil e mais eficiente. O resultado deste quadro, segundo os entrevistados 35% não concorda com este novo atributo do profissional de contabilidade mas 65% concorda fortemente, conforme Tabela 9.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	2	2,0	2,0	2,0
	Discordo	8	8,0	8,0	10,0
	Nem concordo, nem discordo	21	21,0	21,0	31,0
	Concordo	47	47,0	47,0	78,0
	Concordo Fortemente	22	22,0	22,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 10: Estas obrigações acessórias facilitarão atividades como: Transportes de cargas, fiscalização, parada em postos fiscais, o custo efetivo do caminhoneiro, entre outros.

Fonte: Elaboração própria

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Na tabela 10, as obrigações acessórias com a emissão de NFe reduz custos para as empresas naquilo que tange ao transporte de carga e as diárias de motoristas, uma vez com o sistema de código de barras constante nos

documentos, o leitor ótico faz a liberação imediatamente. Os nossos entrevistados, 31% discordam com este benefício. Enquanto que 69% concorda fortemente, demonstrando assim uma visão ampla sobre o tema.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Fortemente	3	3,0	3,0	3,0
	Discordo	10	10,0	10,0	13,0
	Nem concordo, nem discordo	27	27,0	27,0	40,0
	Concordo	35	35,0	35,0	75,0
	Concordo Fortemente	25	25,0	25,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Tabela 11: A entrega do SPED, dispensará a entrega de declarações como DIPIJ, DACON, DCTF, GIM e GIVA.

Fonte: Elaboração própria

Fica evidenciado que com a entrega do SPED, todas as informações de direitos e obrigações, da organização constantes em seus Livros Fiscais, Livro Diário e Livro Razão, vem suprir todo o banco de dados do Fisco nas três esferas governamentais, dispensando assim a entrega das Declarações em tela. Nesta tabela 40% dos entrevistados afirmaram que a entrega do SPED não dispensa estas outras obrigações, mas 60% concordam que sim, conforme ficou verificado na Tabela 11.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral evidenciar a percepção dos estudantes de ciências contábeis do sertão paraibano a cerca do processo e implantação do SPED e seus projetos adjacentes, na qualidade de produtores e usuários das informações contábeis digitais. O material exposto no referencial teórico enfatizado por diversos autores, a vasta aplicabilidade destas ferramentas no exercício da contabilidade, onde a quebra de paradigmas revelam o desconforto entre os procedimentos antigos, e os atuais conteúdos curriculares das IES, sejam elas públicas ou privadas, preparando esta gama de material humano para entrar no mercado de trabalho, aptos ou não as novidades que estes irão exigir.

A pesquisa foi aplicada junto a comunidade acadêmica de uma IES pública e outra confessional, onde existe um universo 545 (quinhentos e quarenta e cinco) alunos matriculados neste período 2010.2, por uma questão de conveniência foi distribuído 100 questionários com igual teor entre os alunos das duas Instituições, sendo metade para cada uma, e a coleta dos dados foram processados a partir do programa estatístico SPSS 15.0 demonstrando de forma sucinta a pouca intimidade que o nosso público alvo possuía com as novidades mercadológicas para o exercício da profissão. Onde um número ínfimo dos respondentes, declarou conhecer o que seria o Sistema Público de Escrituração Digital. Outrossim

pode-se constatar que a NFe é um pouco mais conhecida entretanto deixa muito a desejar por se tratar de um documento público, que deve ser exigido por todo cidadão, que possui o intuito de evita as fraudes de arrecadação, e nesse ato podemos constatar a sua falta de popularidade entre a comunidade acadêmica e por dedução a sua amplitude junto aos consumidores leigos.

Sabe-se, no entanto, que a ECD não é uma evolução apenas contábil, mas também uma evolução do Estado na qualidade de órgão arrecadador, tornando-se mais eficiente na fiscalização das empresas onde tem acesso a todos os livros contábeis de forma on-line. Logo após análise do quadro da tabela - 9 constatamos o baixo índice conhecimento sobre o assunto onde quase 70% dos entrevistados informaram desconhecer o tema. A modernização da administração tributária representa um grande avanço na arrecadação tributária tentando minimizar as fraudes. As informações da empresa são repassadas mensalmente ao fisco, alimentando o sistema de tal forma que os auditores tributários poderão efetuar todas as previsões mediante as disponibilizações em mãos.

Quanto as obrigações acessórias com a emissão de NFe reduz custos para as empresas naquilo que tange ao transporte de carga e as diárias de motoristas, reduzindo assim o tempo de transporte entre aquisição e entrega de um produto, uma vez que com o sistema de código de barras constante nos documentos, o leitor ótico faz a liberação imediatamente. Conforme verificamos em nossa pesquisa, apenas 70% dos alunos conhecem essa possibilidade os demais estão alheios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Antônio Maria Henri Beyle de. **Financial Reporting de SWAPS em Instituições Financeiras no Brasil: Uma Análise à Luz da Teoria da Contabilidade.** In: IV AnpCont 2010. Disponível em: < <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/02/CUE289.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL **Circular nº 3.082, de janeiro de 2002.** < <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2002all/042002/pdf/bacen/circular3082.pdf>>

BRASIL, CASA CIVIL **Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm **Acesso em 10 JUL 2010**

BRASIL, CASA CIVIL **Lei nº 6.404/76 Lei das Sociedades Anônimas 15 de dezembro de 1976.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6404consol.htm>

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL **Medida Provisória nº 2.002-2 de 24 de agosto de 2001** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. DECRETO Nº 6.022/07 DE 22 DE JANEIRO DE 2007 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm

BRASIL, PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº 03 / 2005 – II ENAT, Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, e os Municípios, objetivando a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, integrante do Sistema Público de Escrituração Digital.

BRASIL, RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED como funciona.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/central-de-balancos.htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal – SRF- Conselho Nacional de política Fazendária – CONFAZ – Protocolo de ICMS nº 87/08 **Altera as disposições do Protocolo ICMS 10/07, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para os setores que especifica**

BRASIL, Secretaria da Receita Federal - SRF e o Conselho Nacional de Política Fazendária – **CONFAZ CONVENIO ICMS 143/06** http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm **Acesso em 10 JUL 2010**

BRASIL, Secretaria da Receita Federal - SRF e o Conselho Nacional de Política Fazendária – **CONFAZ**

CONVENIO ICMS 10/07 Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2007/pt010_07.htm> **Acesso em 10 JUL 2010**

BRASIL. Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.** Institui a Escrituração Contábil Digital. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 14 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil. **Portaria nº 11.211, de 7 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o acompanhamento econômico-tributário diferenciado das pessoas jurídicas. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Portarias/2007/portrfb11211.htm>>. Acesso em: 21 out. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9755.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

BRASIL. Receita Federal. **Pessoa Jurídica.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/ipi/conceito.htm>>. **Acesso em: 03 nov. 2010.**

CORDEIRO FILHO, Ari. **Swaps: aspectos jurídicos, operacionais e administrativos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CORNACHIONE Jr., Edgar B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001

FLORES, Luiza Helena; MIRANDA, Carla Cristina Ferreira de. **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED.** In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0037_0567_01.pdf> Acesso em 10/10/2010

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** Tradução por Antonio Zoratto Sanvicente. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO

GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA) - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (GVADS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

LIMA, Iran Siqueira; LOPES, Alexsandro Broedel. **Contabilidade e Controle de Operações com Derivativos**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MOREIRA, Orandi; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. A comunicação de informações nas instituições públicas e privadas: o caso XBRL — eXtensible Business Reporting Language no Brasil. **Rap**, Rio de Janeiro, n. , p.769-784, 31 jul. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rap/v41n4/a07v41n4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHMIDT, Paulo. Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil. 1996. 2 v. 476 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Economia, administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, P. C. da. *Explorando linguagens de marcação para representação de relatórios de informações financeiras*. 2003. Dissertação (Mestrado Profissional em Redes de Computadores) — Programa de Pós-Graduação em Redes de Computadores da Universidade Salvador, Salvador - Ba.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. Sítio do Sistema Público de Escrituração Digital, disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/default.htm>>. Acesso 21 set 2010

WALTER, J.P; RIBEIRO, O.D.J. Sistema Publico de Escrituração Digital e Nota Fiscal Eletrônica: O Brasil evoluindo com o contribuinte. Revista Eletrônica de Contabilidade da Universidade Federal de Santa Maria. n. 02. 2009 Disponível em <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/antigo/artigos/vIVn02/t008.pdf>>. Acesso em 21 set. 2010